

Escolas terão eleição para diretores

Ricardo Mendes
da equipe do Correio

O governador Cristovam Buarque deverá dar nos próximos dias o passo inicial para que haja eleição dos diretores nas 523 escolas públicas do Distrito Federal.

A princípio, as eleições estão marcadas para os dias 10 e 11 de novembro.

Um projeto de lei nesse sentido está sendo concluído pela Secretaria de Educação e será entregue ao governador ainda nesta semana.

Segundo a proposta, os diretores serão eleitos pelo voto direto de professores, funcionários e pais de alunos. Os estudantes com mais de 13 anos ou que estejam cursando pelo menos a 7ª série também votarão.

A notícia foi dada ontem pelo secretário-adjunto de Educação, Paulo Valle. "A direção das escolas será escolhida pela comunidade", afirmou Valle. Após análise da sua consultoria jurídica, Cristovam o enviará à Câmara Legislativa, que decidirá o assunto.

Modelo — Segundo Valle, a elei-

ção de diretores já é praticada, com variações, em cidades de Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso.

Porto Alegre — também administrada pelo PT — já adotou o modelo. Em Brasília, houve eleição em 1985 e 1988. Os diretores foram eleitos para mandatos de três anos.

Em 1991, a eleição foi suspensa porque o então governador, Joaquim Roriz, não renovou o acordo coletivo que havia sido firmado com o sindicato.

Veto — A iniciativa não foi motivada pela greve dos professores. A data da eleição foi definida há três semanas por uma comissão de sindicalistas e integrantes do governo.

"O governador deu o sinal verde para que a eleição ocorra antes do fim do ano", afirmou Valle. Lembra que a proposta já constava do programa de governo de Cristovam.

Só que o governador acabou derrotado. Ele queria que a *comunidade externa* também votasse. O Sindicato dos Professores (Sinpro) vetou a idéia.

Governo também reivindica

Reivindicar não é uma exclusividade dos sindicatos. Muito antes de os professores deflagrarem sua greve, o Governo do Distrito Federal começou a encaminhar a eles suas reivindicações para a educação.

Desde maio, quando iniciou o planejamento do próximo ano letivo, a Secretaria de Educação têm levado seus planos aos sindicalistas.

Algumas reivindicações são comuns aos dois lados. A eleição dos diretores de escola é desejada pelos professores e fez parte dos compromissos de campanha do candidato Cristovam Buarque. Os detalhes foram acertados em agosto.

Polêmica — Outros planos são mais polêmicos. O governo quer ampliar de quatro para seis horas o turno de aula dos alunos.

Já os professores dão prioridade ao aumento do tempo dedicado à programação das aulas — a chamada coordenação pedagógica.

Atualmente, 20% da carga horária dos professores são destinados à coordenação pedagógica. O Sindicato

dos Professores (Sinpro) sonha em elevar o percentual para 50%, mas o governo acena com 25%.

"A sensibilidade do governo está avançando quanto à discussão, mas falta a concretização das propostas", reclama Olgamir de Paiva, diretora do Sinpro.

O secretário-adjunto de Educação, Paulo Valle, contradiz Olgamir. "Ano que vem iniciaremos em Brazlândia um projeto que aumentará gradativamente o tempo para coordenação pedagógica, e começaremos com 25%", antecipa.

Outro ponto polêmico: o governo quer ampliar de 186 para 200 o total de dias letivos por ano.

"Não nos recusamos a fazer isso, mas antes é preciso computar como letivos os dias dedicados a reuniões com pais e conselhos de classe", pondera Olgamir.

Em julho, a falta de acordo frustrou a vontade do governador de ver os professores dedicarem parte das férias a atividades de aprimoramento profissional.

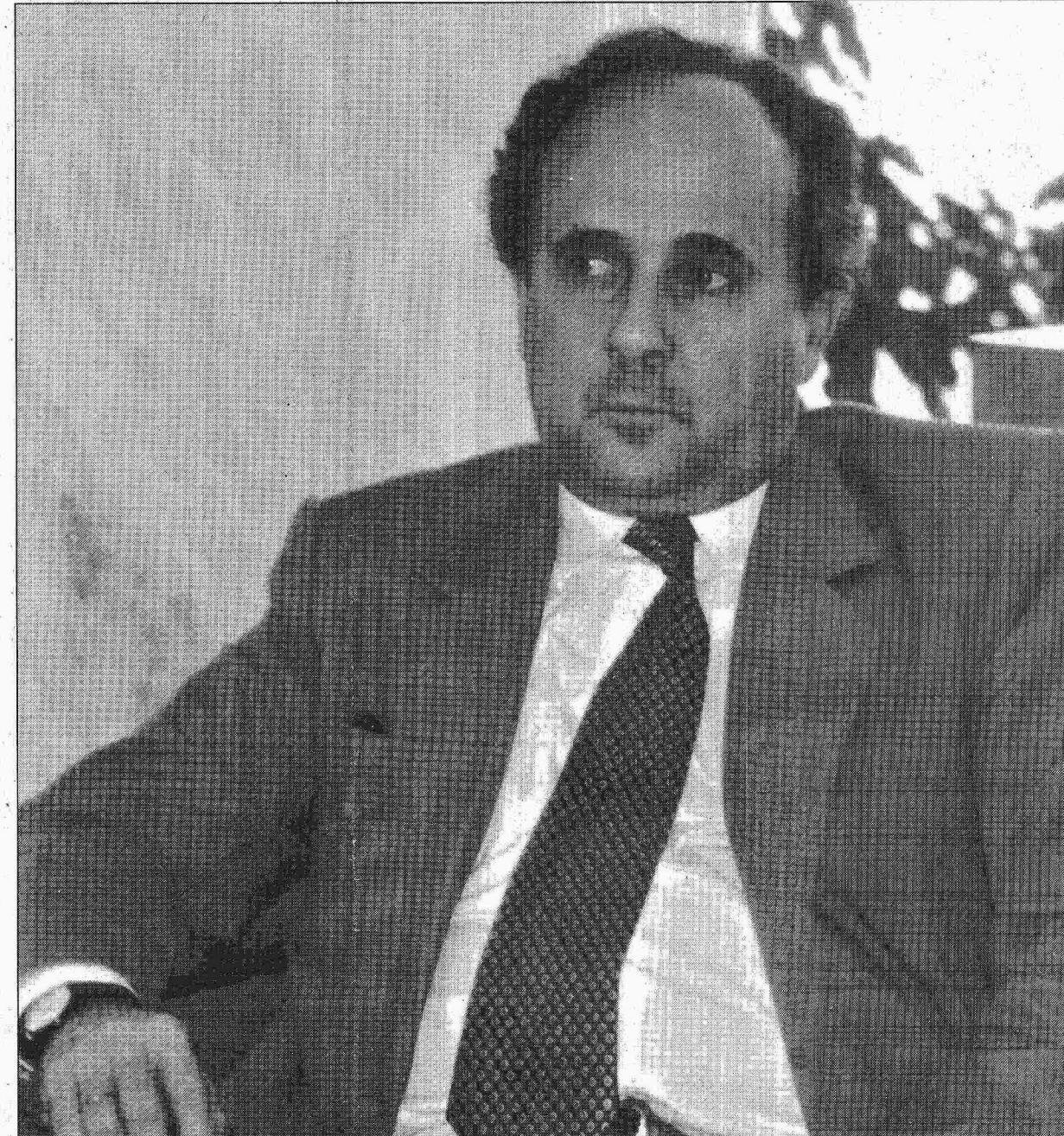
CRISTOVAM QUER

- Ampliar de 186 para 200 dias o ano letivo.
- Aumentar de quatro para seis horas os turnos de aulas.
- Férias de julho dedicadas ao aperfeiçoamento profissional dos professores.
- Os vizinhos das escolas também votam para diretor.
- O término das assembleias em horário de aula para não prejudicar os alunos.

PROFESSOR QUER

- Passar a considerar como letivos os dias dedicados às reuniões.
- Ampliar o número de horas dedicadas ao planejamento das aulas.
- Atividades em julho não devem ser obrigatórias.
- Os vizinhos não votam.
- Criação do cargo de coordenador pedagógico em cada escola.

Carlos Moura



Cristovam já deu o sinal verde para que as eleições dos diretores de escolas ocorram em 10 e 11 de novembro